**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DO DPVAT, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2015.**

**SR. PRESIDENET DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Boa tarde senhores telespectadores; boa tarde senhores Deputados: Leonardo Araújo, Audic Mota, Professor Teodoro e Fernando Hugo, que muita alegria dá a este Parlamento com a sua presença; boa tarde senhores assessores, senhores convidados.

 Estamos iniciando a 5ª Reunia Ordinária da CPI do DPVAT. E como é de praxe, solicito aos colegas para dar como lida e aprovada a Ata da 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na 1ª Sessão Legislativa da 29ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, para apurar indícios de fraudes no Seguro DPVAT, no Ceará. E não havendo quem queira se opor, declaro-a aprovada.

 Quero convidar o Dr. Delegado César Wagner a fazer parte aqui da nossa Mesa. O Dr. Marcos Aurélio já chegou? Chegou não né! Confirmou a presença. Justificar as ausências do Dr. Valdetário Monteiro, representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que se encontra em Brasília, e do Promotor Nelson Gesteira, representante do Ministério Público Estadual que está de férias e viajando para o exterior.

Portanto, hoje nós vamos de acordo com o requerimento aprovado, ouvir o Dr. César Wagner, para que ele fale a respeito do DPVAT e nos dê mais subsídios para conduzirmos essa CPI.

 Quero passar a palavra ao relator, Deputado Fernando Hugo, para que ele possa fazer as suas considerações.

**SR. DEPUTADO FERNANDO HUGO (SD):** Senhor presidente, eu havia me proposto a apresentar alguns requerimentos que infestamente teriam razão de serem apresentados hoje, porém frente a ausência do titular, Deputado Sarto, e mais do que essa ausência, respeitando a grandeza da sua titularidade hoje, eu prefiro deixar para entregar à apreciação dos senhores na próxima Sessão. No mais, é deleitarmos com a sabedoria, destemor e coragem do Delegado César. Ok?

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Ok, Deputado Fernando Hugo, e se Vossa Excelência quiser fazer algumas considerações para fazer algum encaminhamento, eu devolvo a palavra ao senhor, não sem antes registrar a presença do Vereador de Fortaleza Vaidon, que aqui nos prestigia.

**SR. DEPUTADO FERNANDO HUGO (SD):** Eu ombreio-me com Vossa Excelência na citação do Vereador Vaidon.

 E eu gostaria de passar a palavra, prioritariamente, ao Dr. César Wagner, e dizer que mesmo doente hoje estou presente a essa Comissão, porque acho que o meu trabalho de formiguinha feito no paralelismo, nas ausências da titularidade que não estou a exercer aqui como relator, ela tem sido feita através de contatos e trabalho diário meu com o Dr. Francisco que é meu assessor jurídico e, inovidavelmente uma figura que nasceu filho de um dos maiores delegados da Polícia Civil do Estado do Ceará, e ele formado no direito tem a percuciência e o faro fino, né isso César, daqueles que buscam informações, muitas vezes, onde as dúvidas e as incertezas de obtê-las são grandes.

Fico satisfeito com a grandeza de vossa alma em me propiciar essa fala, mas há uma espera e uma expectativa muito grande sobre a fala do Dr. César, e é pra ele que nós endereçamos as ouças de oitivas dessa tarde.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Dr. César Wagner, o senhor pode fazer as suas considerações com o tempo que desejar.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Inicialmente eu quero dizer a minha satisfação de estar nesta Casa, sou assíduo telespectador nas madrugadas, das Sessões Plenárias, nós realmente vibramos, é uma casa vibrante, é uma casa realmente voltada ao povo do Estado do Ceará, e temos muito orgulho de estar aqui nesse momento podendo colaborar com tão importante iniciativa em criar essa CPI do DPVAT, que eu sempre digo que é realmente um câncer que se espalhou por todo o Brasil. Eu diria hoje que de certa forma existe até uma “cultura” em fraudar o Seguro DPVAT.

 Quero cumprimentar os nobres deputados: Deputado Roberto Mesquita; querido Deputado Fernando Hugo; Deputado Teodoro, é sempre uma honra encontrar o Deputado Teodoro, esse ícone de homem público; Deputado Audic Mota; Deputado Leonardo. E a todos aqui presentes quero dar o meu boa noite.

 E quero iniciar aqui a minha pequena explanação, por uma Portaria do Delegado Geral, Deputado Roberto Mesquita, Deputado Fernando Hugo, que foi formalizada agora no final de abril, que atribuiu a Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito as formalizações de Boletins de Ocorrência relativo à DPVAT, mormente lesões corporais, na nossa delegacia. Então hoje, na Capital Fortaleza somente está autorizado a formalizar esses Boletins de Ocorrência a Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito,que assumi agora no mês de março.

Então, diante dessa missão, uma missão árdua porque hoje nós estamos realizando o trabalho de 35 delegacias distrais e plantonistas, ou seja, é uma demanda de trabalho muito grande. Até quando chegou essa missão nós batendo papo e conversando com a nossa equipe, aí disseram: *Rapaz, doutor, é uma missão muito grande.* E eu disse: É, mas a nossa equipe está à altura, é uma equipe pequena, uma equipe aguerrida.

E nós iniciamos esses trabalhos deputados, começando com agendamentos de três meses, você chegava à delegacia par fazer um boletim de ocorrência e existia um agendamento, uma espera de três meses para poder confeccionar esses boletins de ocorrência, em virtude de uma série de documentos que essa Portaria elencou para dar mais transparência e mais critérios na emissão desses boletins, porque antes qualquer vítima, qualquer noticiante poderia chegar numa delegacia qualquer e realizar o boletim de ocorrência somente com o que dizia, sem apresentar nada, e com essa Portaria esse sistema foi modificado, as pessoas chegam e tem que apresentar uma série de documentos, como prontuários médicos, e nós passamos a exigir esses documentos autenticados.

Para os senhores terem uma idéia, os documentos que vinham dos hospitais não tinham sequer autenticação, eram meras cópias, e eu tive que oficializar a Secretaria de Saúde do Estado e do Município solicitando que fosse determinado que todos os documentos que saíssem de hospitais fossem devidamente autenticados. E aí nós começamos a demover uma série de barreiras com relação a essa documentação que antes sequer eram autenticadas, e nós seguimos nesse trabalho.

 Então durante esse trabalho nós começamos a detectar algumas tentativas e algumas fraudes relativas à concessão do Seguro DPVAT. Nós instrumentalizamos nossa equipe, treinamos e supervisionamos e colocamos alguns procedimentos básicos para que pudéssemos detectar algumas coisas. Vou contar aqui um caso emblemático que mostra bem o resultado dessa triagem.

Nós recebemos para registrar um boletim de ocorrência uma senhora, que foi registrar informando que o filho dela tinha se acidentado num acidente de moto, tinha quebrado o tornozelo, e ela sentou para fazer o boletim de ocorrência. E a instrução é que toda vida que alguém vai fazer um boletim de ocorrência nós olhamos no SIP (Sistema de Informações Policiais) para saber o que é que tem anterior, e nós detectamos que ela tinha realizado um boletim de ocorrência em outra delegacia antes da Portaria, onde ela colocava dentro desse boletim de ocorrência que o filho dela na realidade tinha sofrido uma queda dentro da escola e isso foi constatado como verdade. Então a triagem vai se fazendo dentro desses procedimentos. Ou seja, foi uma tentativa de estelionato na realidade. Depois ela acabou citando a pessoa que fez a intermediação e isso começou a ser levantando preliminarmente.

 Nós temos também alguns casos de acréscimos em prontuários médicos, que o hospital dá uma determinada via e quando chega para nós às vezes até é falsificado o carimbo de autenticação vem com acréscimo, se referindo a acidente. Nesses casos quando nós temos dúvidas oficiamos ao hospital solicitando os originais, aí já tem casos comprovados de fraude nesse sentido. Nós temos também vários casos. Acréscimo, ele coloca alguma falsidade ideológica, acrescenta no documento que se referiu a acidente de trânsito, existem acréscimos.

 Vários casos foram detectados também de vítimas que se dirigiram a alguns distritos policiais, aliás, que não se dirigiram a alguns distritos policiais, e foram a minha delegacia registrar um boletim de ocorrência, Quando se colocou o nome no SIP apareceu um boletim realizado anteriormente por essa mesma pessoa, e essa pessoa imediatamente nos afirma que jamais esteve nessa delegacia. *Doutor, nunca estive aqui nessa delegacia, não sei onde é, e não fui eu que fiz esse B.O. e nem assinei.*

Então nós pedimos as segundas vias desse B.O., mandamos fazer exames grafotécnicos, inclusive chegou um exame já comprovando que realmente não tinha sido aquela pessoa, ou seja, alguém fez o B.O. noticiando o fato como se fosse essa pessoa e ainda falsificou a assinatura. Esse tipo de fraude tem aparecido com mais constância. Depois desses que eu mandei aqui para a Comissão já tem pelo menos mais quatro casos desses, que as pessoas dizem que não fizeram o boletim de ocorrência.

 Agora um fato novo que foi detectado e que eu nunca tinha visto, me surpreendeu aquela audácia, foram confecções de B.O. em uma distrital realizado por terceirizados, que inclusive entravam no Sistema Policial, no SIP, e alteravam a natureza do fato. Como é que se dava isso? Chegava lá um determinado rapaz, o despachante que nós já conseguimos localizar, identificar, e ele começava a pegar casos de todo o Estado do Ceará. Só que as pessoas simplesmente mandavam para ele em pen drives o histórico do suposto acidente – que ninguém ainda sabe o que é acidente ali e o que realmente não é – a qualificação da vítima, e ele ia à delegacia, no distrito.

E sei que nessa jogada chegaram a fazer mais de 300 boletins de ocorrência de todo o Estado do Ceará, ela emitia o primeiro boletim como acidentes outros, tão logo emitia ele pegava as duas vias para levar para a seguradora, ela entrava no sistema, no SIP, alterava o sistema, e colocava como não delituoso, e foram comprovadas todas as alterações no sistema. Por que não delituoso? Porque quando ela transferia aquilo via tecnologia, via sistema, quando chega para o delegado de lá são tantas as ocorrências que nós nem olhamos não delituoso. Pode ter sido uma coisa simples, uma perca de documento, uma coisa assim, e nós nem olhamos. Então isso começava a fugir dos colegas, eram repassados para o Interior nessa transferência. E esse caso aí foram centenas, eu nunca tinha visto isso, essas alterações no SIP eu não conhecia. Nós tínhamos conhecimento de fraudes no próprio documento, no boletim de ocorrência, que o boletim materialmente chegava a ser fraudado, mas no SIP entrar e alterar, eu desconhecia.

 Existem comentários de alguns auditores que estariam também, isso eu não tenho nenhum documento, são apenas comentários que eu ouvi de alguns auditores, que estariam emitindo vários documentos com o mesmo número de B.O. Ou seja, eu faço um boletim de ocorrência para X, Francisco, aí vem outro com acidentes para trás dessa data, eu entro nesse mesmo sistema, altero nomes, altero histórico, e emito um novo boletim de ocorrência também com o mesmo número, e saem 10, 20, 30 B.O. com o mesmo número e no sistema só fica o último. Claro que as alterações estão lá no sistema, com certeza, porque o sistema aponta qualquer tipo de alteração. Isso eu ouvi falar nesse *modus operandi* que eu também não conhecia e não tenho como comprovar porque não tive acesso a nenhum deles. Esses casos dos 300 boletins, mais de 300, todos eles foram constatados alteração na natureza do fato, de acidentes outros para não delituoso.

 Nós tivemos um caso também de um homicídio culposo que eu comecei a investigar como homicídio culposo, que teria ocorrido na BR116 em um acidente envolvendo um carro de placa não identificada, que quando nós nos aprofundamos nas investigações, na realidade nós descobrimos que tinha sido um senhor de idade, alcoólatra, que caiu de uma rede dentro de casa e morreu no quarto. E as duas filhas dele juntamente com uma despachante fraudaram, fizeram o boletim de ocorrência registrando um acidente de trânsito, receberam o seguro, e nós conseguimos identificar esse caso também. E nesse caso as três pessoas já foram indicadas e já está na justiça esse procedimento.

 Agora eu quero ressaltar deputados, a questão dessa Portaria. Essa Portaria foi muito importante em vários aspectos, primeiro porque minimiza a possibilidade, não digo que evita 100%, mas minimiza muito a possibilidade porque é uma série de documentos. E para os senhores terem uma idéia, cerca de 20% a 25% de pessoas que vão registrar os boletins de ocorrência, porque recebem a lista do que é necessário, não voltam mais à delegacia, não aparecem mais porque precisa de uma série de documentos e ali também entra fraude e a pessoa não quer mais voltar, já fica com medo e não retorna mais. Além também, de facilitar a apuração de ocorrência por parte das auditorias, porque antes eles ficavam procurando nas delegacias de toda Fortaleza, hoje já vão direto à DADT (Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito).

Infelizmente nós temos ainda alguns casos que nós temos detectado que está sendo feito ainda boletins de ocorrência em algumas distritais, nós já comunicamos isso a Delegacia Geral para tomar as providências e corrigir, aperfeiçoar esse procedimento.

É como eu digo, é uma área Deputado Fernando Hugo, que todo dia se cria uma maneira de fraudar. É impressionante a criatividade nesse meio de fraudar DPVAT, e essa cultura mesmo generalizada de fraude.

Para os senhores terem uma idéia, na delegacia um tempo desses nós estávamos no gabinete e eu vi uma movimentação diferente lá fora, quando eu saí despachantes na porta da delegacia. Aí eu perguntei: O que está havendo aqui senhores? Não doutor, porque a gente pode ficar em qualquer canto. Eu disse: Não, aqui é uma área de segurança, o senhor vir acompanhando seu cliente é uma coisa, agora o senhor querer cooptar gente aqui dentro, dentro da minha delegacia, eu não vou aceitar não, e o senhor se retire porque vou ter que tomar uma providência com relação a isso.

 Então como é que eu consegui brecar isso aí! Existe o SINCOR, Sindicato dos Corretores que é um órgão oficial aqui na Capital, que eles prestam toda a assistência de orientações e encaminhamentos sem cobrar absolutamente nada. E o Presidente do SINCOR, salvo engano, daqui a pouco eu me recordo o nome dele, ele me mandou um ofício a delegacia, me mandou uns cartazes informando de toda a gratuidade do serviço, porque hoje estão cobrando em média 25% a 30% para realizar essa intermediação, e nós fixamos esses cartazes na delegacia em completa gratuidade, e aí conseguimos fazer com que os corretores saíssem de perto, porque antes era um problema, todo dia eu tinha que chegar e atuar para tirar gente atuando nas proximidades da delegacia, querendo laçar com se chama na gíria deles, clientes.

Então, foi uma parceira bacana que está dando certo, nós já encaminhamos as pessoas, não é cobrado nada, absolutamente nada, totalmente gratuito. E nós estamos nessa luta constante, buscando aprimorar esse sistema que foi colocado agora em prática, existem também muitos pedidos, eu já soube, para que essa Portaria seja cancelada, existem vários setores que estão descontentes com essa Portaria, que querem que volte a ser descentralizado. Estive até conversando com o Dr. Andrade hoje sobre isso e ele disse: César, eu não penso em momento nenhum fazer isso, eu não penso em fazer isso! Porque realmente foi um avanço no combate a fraude, com certeza.

 Com relação à delegacia deputados, a Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito, era um órgão que com o passar do tempo foi muito esvaziado, isso de anos, anos e anos, estavam regulamentados seus procedimentos por uma Portaria do então Secretário de Segurança a época, Dr. Edgar Fuques, há muito tempo isso, 97 salvo engano, que ele colocou a Delegacia de Acidentes para agir somente naqueles casos de acidentes de trânsito onde os distritos não descobriam a autoria em determinado espaço de tempo, aí é que encaminhava para a delegacia.

Quando eu assumi a delegacia em janeiro eu contra-argumentei essa questão, porque uma Portaria jamais poderia ser contra uma lei que criou a delegacia e deu atribuições próprias a ela. A coisa chegou a um ponto tal, que o distrito poderia fazer um flagrante de acidente de trânsito de embriaguês e a DADT não fazia; o distrito poderia abrir qualquer tipo de acidente de trânsito e eu não podia; e hoje a Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito está retomando seu lugar na Polícia Civil e na sociedade. Hoje eu instauro qualquer tipo de acidente em conjunto com os delegados distritais, comunicando aos delegados distritais para não haver duplicidade de procedimento, nós temos feito esse acordo com alguns delegados de áreas sobrecarregadas, nós já puxamos mais de 150 exames cadavéricos para dar início na Delegacia de Acidentes, desafogando as delegacias distritais, e ao mesmo tempo fazendo com que essa possa cada vez mais se dirigir aos casos de homicídios dolosos, aos assassinatos. Porque o acidente de trânsito diante desse cenário atual de muitos homicídios, eles nunca passaram a ser priorizados, e às vezes você começava a investigar um acidente de trânsito quatro, cinco anos depois, imagine o prejuízo de testemunhas, de pessoas que se mudaram. Então hoje em dia nós conseguimos esse avanço também na Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito.

 Agora deputados, primeiro nós estamos com um prédio já superado, é uma casa na realidade de 1969, é própria da Polícia Civil, mas que hoje já não suporta mais a demanda. Se os senhores passarem em frente à delegacia tem determinados momentos que tem pessoas sentadas na calçada porque não suporta mais a demanda, é um prédio acanhado, um prédio até bem dividido e tudo, mas muito acanhado.

Nós temos já construído um sistema ali na antiga Academia de Polícia Civil, vizinho a Polícia Federal, onde serão recolocadas, serão transferidas as delegacias especializadas para criar esse complexo, vai ser um complexo de delegacias especializadas, e lá tinha um lugar da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito já construído. Mas nós tivemos uma notícia recentemente que não iria mais, não sei, não confirmei ainda com o Dr. Andrade, mas nós temos esse comentário que a Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito não iria mais para esse complexo, o que eu acho um prejuízo muito grande, porque a delegacia hoje não tem estrutura para suportar o público que está suportando, e não tem mais também como o cartório receber novos servidores, porque nós precisamos de mais escrivães e ela não tem mais como suportar isso. Então, viria muito bem a calhar essa instalação nova, moderna, confortável para as pessoas que nos procuram, seria um grande avanço nesse momento, principalmente agora dessa grande demanda.

**SR. DEPUTADO FERNANDO HUGO (SD):** Dr. César, só à guisa de sugestão ao Presidente Roberto Mesquita, era importantíssimo que nós através de sugestão bem colhida aí, pudéssemos encaminhar um documento antecipado ao final do relatório, para que esse pleito que ele faz aqui publicamente o Delegado Andrade Júnior pudesse encampar, aceitar em nome da cearensidade que tanto reza, não somente nessa parte específica, mas como acidentes de veículos numa forma geral.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Com certeza deputado, eu agradeço demais as suas palavras.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Sugestão aceita, e seja consignado em ata que nós antes do relatório possamos enviar ao Dr. Andrade esse pedido de socorro que a Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito está fazendo.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Nós agradecemos deputado, agradecemos a todos.

 Dr. Andrade tem nos dado um apoio muito grande, nós chegamos lá e reformulamos a delegacia, reformulamos também a estrutura concernente a pessoal, nós tínhamos duas pessoas fazendo boletins de ocorrência no início, hoje nós temos quatro, nós tínhamos agendamento de três meses, mês passado nós conseguimos não ter agendamento, mas esse mês infelizmente nós começamos a ter agendamento de um mês porque a demanda no final de ano cresce muito, e nós queremos acabar com esse agendamento, esse agendamento desgasta quem nos procura porque às vezes já vem com toda a documentação. Doutor, eu tenho que voltar daqui a um mês?! E olha que muitas vezes vem aqui uma pessoa com um aparelho na perna, e eu digo: olha gente, escrivães me perdoem, me ajudem aí. Não doutor, nós ficamos aqui mais uma hora, saímos daqui às 7 horas da noite. Aí eu encaixo gente, encaixo senhora grávida, faço de tudo para encaixar para satisfazer a população.

Mas realmente nós precisamos acrescer esse número também de gente para fazer os boletins de ocorrência, até porque deputados, partindo dessa premissa que existam 35 delegacias distritais formalizando B.O. e hoje só existe uma, imagine a demanda, o mundo que é isso. Então nós precisamos acrescer também funcionários.

O Dr. Andrade, nós sabemos da dificuldade, ele me mandou um escrivão agora recentemente, uma menina que veio do Interior do Estado, distante, ele tirou para vir para cá porque ele tem nos apoiado e nós sabemos dessa carência também, mas estamos muito satisfeito com esse concurso da Polícia Civil para cerca 800 policiais civis, isso vai dar um alento também muito grande a Polícia Civil.

 Era o que eu tinha a dizer, as minhas considerações preliminares. E fico a disposição dos senhores para qualquer pergunta, qualquer esclarecimento.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Nós agradecemos doutor.

 E de antemão já faço algumas reflexões para que possamos aprender com a sua vinda aqui.

O senhor faz uma colocação que parece a cara do Brasil que nós estamos vivendo hoje, e no caso da fraude do DPVAT ela está muito próxima, que é a criatividade, palavra sua, a criatividade gera uma cultura generalizada de fraudes. O senhor mesmo como um homem com carreira de policial se assusta com a criatividade, o fato novo, confecções de B.O. realizados em distrital alterando o SIP. E para um policial falar isso como fato novo, o comentário de auditores que ouviu falar, mas se ouviu falar, partindo da premissa de onde há fumaça há fogo, pode ser que estejam várias ocorrências com o mesmo número de B.O., tudo isso nos remete a possibilidade de nós termos de encontrar, Deputado Fernando Hugo, relator, um cadeado para fechar essa porteira das fraudes. Porque Brasil afora pipoca instalação de CPI do DPVAT, operações do Ministério Público, a própria Assembleia Legislativa já fez uma CPI e nós vemos o problema nascer recrudescido. Tudo porque, segundo o Juiz Sérgio Mouro, o dinheiro, quando se segue o rastro do dinheiro você começa a encontrar os desvios de caminhos.

 E eu quero passar aqui aos colegas para que façam, principalmente o relator faça suas considerações, suas perguntas, e nós nos decorrer vamos interagindo.

 Deputado Fernando Hugo.

**SR. DEPUTADO FERNANDO HUGO (SD):** Eu gostaria de perguntar ao Dr. César, se instado a surpresa causada pela penetração, eu vou usar esse termo, no SIP, a própria Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito tomou informações percucientes sobre como foi que se deu essa entrada inoportuna, ilegal, ilícita e criminosa no SIP? Era a primeira pergunta que eu queria fazer. Essa primeira é muito mais para tirar a dúvida, que eu quero saber se na minha ótica como é que se fez esse caminho sem conivência, omissão ou colaboração de alguém lá de dentro!

Segunda, é se nós da CPI poderíamos dispor de todo esse conjunto de processos que já estão sendo feitos pela delegacia, principalmente a partir da Portaria que centralizou na sua delegacia, isso para nós seria de uma importância enorme, pelo ato-fato que nós teríamos atos, fatos e nomes, para que globalmente pudéssemos na formatação do relatório ter subsídios firmes e fortes. São essas duas perguntas.

 E eu agradeço a agilidade da sua fala, se você falar mais cinco minutos um de nós vai perder aqui o mandato porque você é candidato a deputado estadual.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** E até complementando e pedindo ao Deputado Fernando Hugo, em determinado momento o senhor disse que de 20% a 25% das pessoas quando chegam lá e checam a lista da documentação não voltam mais. Eu lhe pergunto: a sua experiência de policial, de delegado, notadamente com a exclusividade de fazer o boletim de ocorrência nessa área, lhe leva a achar que esse número é o próximo da quantidade de fraudes existentes das pessoas que procuram?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Vamos aqui elencar as perguntas.

A questão do SIP, como é que se deu especificamente nesse caso pelas investigações que nós estamos fazendo. Duas terceirizadas, duas garotas terceirizadas, uma delas tinha acesso a senha de uma escrivã. E isso acontece! Naquele sentido de buscar agilizar trabalhos, principalmente nessa demanda de boletins de ocorrências no geral, muitas vezes o terceirizado chega a realizar boletins de ocorrência, tanto que naquela greve se chegou a emitir senhas para terceirizados, naquela greve que houve de policiais civis, chegou-se a emitir e depois foram canceladas essas senhas. Mas nesse caso uma escrivã deu a senha em busca que esses B.O., porque as duas escrivãs da delegacia cuidavam da parte administrativa e da parte de inquirições, formalização de documentos, de ofícios, uma série de coisas. E quem registrava os boletins de ocorrências eram as terceirizadas, e uma dessas terceirizadas teve um contato com uma determinada pessoa, e essa pessoa ofereceu um dinheirinho, salvo engano, 25 a 30 reais para que pudesse agilizar os boletins. E no começo, segundo eles, levavam realmente as vítimas, fazia o boletim, mas não faziam os processos de acordo com a Portaria, porque a Portaria exige prontuário, exige uma série de coisas e lá não foi encontrado nada. Dentro da delegacia nós oficiamos e nenhum procedimento desses foi encontrado.

Só para ter uma idéia mais clara disso, cada procedimento, por exemplo, na minha delegacia, fica o boletim de ocorrência e anexado a esse boletim ficam os documentos exigidos pela Portaria. Nessa delegacia específica não foi encontrado absolutamente nada, nenhum prontuário, nenhum documento de carro, nada, absolutamente nada. E depois começou a levar apenas o pen drive para ela fazer. A outra garota viu e começou a participar também para receber a gratificação. E essa primeira teve a idéia para fugir do controle da Portaria do Delegado Geral, segundo ela, que proibiu a confecção de B.O. em outras delegacias, de entrar com acidentes outros, porque essa natureza do fato é aceita pela reguladora, pela seguradora, ela não podia dar nenhum delituoso porque a seguradora voltava, então ela dava as duas primeiras vias como acidente, e depois ia no sistema com a senha da escrivã e alterava para não delituoso para justamente não chamar atenção dos delegados que têm acesso. Então, esse caso foi feito dessa maneira, o sistema foi feito dessa maneira. (interferência fora do microfone).

Os terceirizados já foram ouvidos, inclusive confessaram. Nós já encontramos também o intermediário, o despachante também já confirmou, disse inclusive que recebia de pessoas também do Interior, que ele ia nos entregar uma lista dessas pessoas e depois voltou atrás, disse que tinha medo, que não ia entregar mais o nome dessas pessoas. E também falou no nome de dois empresários, que ele trabalhava para essas pessoas captando seguros, não são advogados, são dois empresários, e citou eles no sentido de que eles sabiam que ele pagava gratificações para as terceirizadas para agilizar os boletins.

**SR. DEPUTADO FERNANDO HUGO (SD):** Empresário de que ramo?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Um deles de locação, os dois de locação de veículos, é uma mesma empresa de locação, inclusive de ambulâncias também. Eles negaram isso, eles negaram! Eu fiz uma acareação também entre eles três, eles mantiveram as posições, está sendo investigado ainda porque é dentro desse inquérito de centenas de B.O. Então tem muita coisa a ser investigado, tem de todo o Estado do Ceará no meio desses 300. Tem de Itapipoca, tem de Canindé.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** O caso de Itapipoca é semelhante o caso da terceirizada também. É semelhante, né!

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Eu não sei se ela alterava o sistema, não sei!

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Não, não alterava lá, ela escondia no armário, tirava do arquivo.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** É, essa aqui inovou, quando ela alterou no sistema inovou.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Mas ela tinha a senha, né!

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** É!

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):**  Dr. César, e a presença de funcionários, policiais da Secretaria já foi detectada, há registro? Mas na sua experiência para começarmos a nortear, há presença delituosa?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Existem suspeitas, indícios. Temos um caso que está aqui na CPI, de um senhor que foi registrar um boletim de ocorrência, nós detectamos um anterior, ele disse que não tinha sido ele, e depois que eu pedi a segunda via para comparar a assinatura, ele voltou a delegacia e relatou que teria sido procurado por supostos policiais que o constrangeram a assinar um boletim de ocorrência de segunda via.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Mas essa investigação está em andamento!

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Vou complementar com relação aí para entrar na questão dos inquéritos que o Deputado Fernando Hugo inquiriu.

 Como são feitas essas investigações. Existem casos que eu instauro o inquérito para apurar um acidente de trânsito, como foi o caso da pessoa lá que caiu da rede, e no decorrer dessa investigação eu descubro que na realidade não foi um acidente, então eu prossigo, indício pela fraude e encaminho para a justiça.

Nesses casos aqui, tirando esse dos B.O. que eu vou explicar o porque, em todos esses casos que foi detectado preliminarmente fraudes, eles foram encaminhados ao Departamento de Polícia Especializada para encaminhar para apuração. Por quê? Primeiro porque a minha delegacia não é competente para apurar fraude, eu sou acidente e delitos de trânsito. Segundo, porque eu não tenho estrutura para isso, hoje eu tenho dois investigadores de rua, eu apuro mais de 150 homicídios culposos, aí eu não tenho como também investigar toda fraude que eu vou detectando, então eu encaminho para o Departamento de Polícia Especializada e aí ele dá o destino para ser apurado, para ser aberto inquérito e apurado.

Nesse caso aqui específico das centenas de boletins de ocorrência nós descobrimos através de uma investigação preliminar, de uma informação que chegou a delegacia e eu coloquei meus policiais para investigar e conseguimos alguns indícios, eu fui ao Delegado Geral e coloquei a situação para ele, e ele disse: César, seria bom que você presidisse isso porque vocês descobriram, você já está sabendo o caminho por onde andar, então eu não queria passar isso para outro delegado. Eu disse: Não, Dr. Andrade, tudo bem, o senhor quer que eu continue nesse, eu continuo.

Então se dão assim as apurações na delegacia, quando o Dr. Andrade nomeia ou deseja que eu apure um caso de maior repercussão, que eu tive a origem do fato, eu sigo em frente. Quando não, eu mando para o Departamento de Polícia Especializada, todos eles estão protocolados, encaminho para o Departamento de Polícia Especializada, e aí ele vai encaminhar para uma delegacia.

E até falando nisso, eu acho que existe uma perca muito grande quando essas investigações sobre o DPVAT são descentralizadas, eu acho que na Capital deveriam ser centralizadas essas investigações, poderia ser na Delegacia de Defraudações ou numa Delegacia de Crimes Contra a Administração, deveria ser centralizada no meu perceber das coisas, do que jogar um para o 1º distrito, para o 10º, para o 9º, para o 7º, para o 8º, eu acharia melhor que fosse centralizada na minha visão dos fatos, não sei se estou correto também.

 Com relação aos inquéritos, Deputado Fernando Hugo, estão todos a disposição. Aqui tudo que eu fiz até agora com relação a essas fraudes eu encaminhei aqui para CPI, e dali para frente eu estou apenas com um inquérito em andamento, que é dos B.O. do distrito, esse vai ficar comigo até o final, o restante já foram todos encaminhados. O do senhor da queda da rede já está na justiça, os outros, esses que eu encaminhei da pessoa não reconhecer a assinatura no B.O., dizer que não foi, já foram todos encaminhados, não tenho mais nenhum na delegacia. Aliás, tenho, tenho três que descobri agora da semana passada para cá, o mesmo caso que se chega para fazer um boletim de ocorrência, nós detectamos um boletim anterior, e o noticiante diz que não foi, não fui, não conheço a delegacia, não fui eu que registrei. Tiveram mais três casos agora semana passada que eu estou chamando para depor também e depois encaminhar.

 E a questão do retorno de agendamento, Deputado Roberto Mesquita, isso realmente nos faz refletir. Porque se a pessoa sofreu um acidente tem como comprovar o acidente, vai a delegacia fazer um agendamento e não retorna, fica a pensar o porquê, né, coisa estranha.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Dr. César, Deputado Fernando Hugo, Deputado Leonardo, Deputado Teodoro, os números do DPVAT são da casa de 9 bilhões, né! Onde 50% ficam 5% para o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) e 45% para o Fundo Nacional de Saúde. Desses 4 bilhões que são para pagar as seguradoras e os sinistros, estima-se uma fraude de 1 bilhão no Brasil, que dá os seus 25% da sua experiência, bate mais ou menos com o que se estima que é fraudado no seguro DPVAT.

 E outros profissionais, nós falamos aqui da presença de terceirizados, de policiais, e nós vimos inclusive a matéria hoje do Jornal Diário do Nordeste que há presença de outros profissionais de outras áreas, como: advogados, médicos, empresários, e até alguns relacionados a própria Seguradora Líder que é o Paratodos, o Banco Paratodos que reuniu todos os pequenos banqueiros do jogo do bicho e criou aquele Paratodos. Eu imagino a Líder como o Banco Paratodos, ela juntou todas as pequenas seguradoras e passou a capitanear esse negócio lucrativo. O que o senhor nos diz acerca de outros profissionais de outras áreas em relação às fraudes no seguro?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidente e Delitos de Trânsito):** Deputado, de tudo que ocorre em nível nacional, não se tem dúvida nenhuma que para se montar uma rede, como foi montada aqui mesmo em Itapipoca ali naquela região, é preciso realmente que isso seja uma rede composta de vários profissionais de várias áreas de vários segmentos. Agora, dentro desses casos específicos, mas também é um levantamento muito preliminar, eu faço só o preliminar e encaminho. Então no preliminar realmente é o início da coisa, então nós não sabemos onde que esse novelo vai dar.

E essa amostragem que nós fazemos também, infelizmente ainda é uma amostragem muito pequena pela própria estrutura. Quando nós detectamos alguma coisa... Então é uma amostragem muito pequena, nós não conseguimos trabalhar com mais profundidade essa questão de amostragem. Nós detectamos nos casos de investigação dos homicídios culposos que é dentro da investigação que você chega, nos casos de lesões corporais quando surgem esses indícios na hora da confecção do boletim de ocorrência ou quando observamos, olhamos para o documento e dizemos: esse documento! Aí pega duas assinaturas do mesmo médico diferente, aí nós vamos à busca da verdade, mas isso é muito pouco dentro desse mundo de B.O., nós já registramos mais de quatro mil B.O. esse ano, mais de quatro mil boletins de ocorrência já foram só na nossa... (interferência fora do microfone).

**SR. DEPUTADO FERNANDO HUGO (SD):** Em nível de Ceará vocês não tem idéia não?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidente e Delitos de Trânsito):** Não, eu não tenho deputado. Eu não tenho porque é o Estado todo.

 Olha, Deputado Audic, desses casos de lesões corporais que vão à delegacia, eu diria 97% todos de moto.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Esses cerca de quatro mil resultaram em benefício por parte né.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidente e Delitos de Trânsito):** Não, existem alguns que são negados, né!

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Não, salvo os que foram detectados fraudes logo no nascedouro.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidente e Delitos de Trânsito):** Eu creio que sim, viu Deputado Roberto.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Mas todos eles atrás do benefício do seguro!

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidente e Delitos de Trânsito):** Todos! Todos esses B.O. são com finalidade única de concessão de DPVAT.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Então dar pra gente pensar que, por exemplo, a cidade de Fortaleza todos os B.O. estão na sua delegacia, né!

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidente e Delitos de Trânsito):** Devem estar, é para estar.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Devem estar! Então o número de ocorrências em Fortaleza é dessa ordem de quatro mil até novembro, nós já estamos em dezembro, né!

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Mas aí, basicamente de maio pra cá, esses quatro mil de maio para cá.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Era bom Deputado Fernando Hugo, nós termos até ...

**SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB):** No sistema existe algum campo específico para acidente de trânsito ou entra como doloso ou culposo?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Existe.

**SR. DEPUTDO AUDIC MOTA (PMDB):** Então o senhor tem condição de saber quantos acidentes de trânsito tiveram na capital?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Registrados na minha delegacia.

**SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB):** O acesso ao sistema vocês não tem da estatística?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** É porque cada delegacia tem a sua estatística própria.

**SR. DEPUTDO AUDIC MOTA (PMDB):** Pois é, eu perguntei isso porque o doutor se referiu que uma das fraudes, pelo menos que eu ouvi no começo, era o acesso no sistema em outra delegacia para alterar um B.O. que foi feito numa delegacia terceira.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Não, na mesma.

**SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB):** Ah! Na mesma.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Eu não consigo alterar de outra, sempre na mesma.

**SR. DEPUTDO AUDIC MOTA (PMDB):** Ah tá! Deu a entender que seria na mesma. Então, é o mesmo B.O. daquela delegacia.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** É o mesmo B. O.

**SR. DEPUTADO PROFESSOR TEODORO (PSD):** Em apoio aqui ao que o Deputado Fernando Hugo falou, eu realmente pelo que tenho acompanhado pessoalmente, eu acho que é uma cultura do pessoal de todo o Ceará de se aproveitar da burla. Quer dizer, é realmente triste, mas é quase uma cultura, está no Ceará tudo isso, você encontra pessoas rudes, mas que já sabem fazer a fraude. Vamos aproveitar! Generalizado.

 Então eu acho que nós aqui deveríamos dar o maior apoio a atitude do senhor, porque eu acho que hoje é algo generalizado no Estado todo, todo canto que você vai, todas as pessoas, inclusive pessoas de nível bastante, digamos culturalmente, não tem essas coisas, como também grandes advogados, médicos, ou seja, aproveitadores. Aproveitar a cultura nossa de tirar partido dessa situação nacional, e aqui no Estado do Ceará que você fica com vergonha. Mas esse é o Estado, vamos nos aproveitar! Aproveitar uma cultura que infelizmente herdamos aqui dos portugueses, mas eu acho que o senhor merece da nossa Casa aqui, pelo menos pelo que eu tenho acompanhado todo o apoio que o Governo devia dar, porque isso que o senhor diz está apenas levantando a lebre, mas que o Ceará todo sabe disso e todos fazem, é corrente no Interior. Eu fico impressionado, mas é uma questão cultural tirar partido de tudo, da burla existente, nós vamos tirar partido, isso realmente é uma cultura, uma cultura de passar o outro para trás, uma cultura de você se aproveitar.

 Então eu acho que o senhor merece da nossa parte todo o apoio para tentar desvendar esses casos, que tem gente de todo canto, de todo tipo, de todo nível, mas é generalizado hoje no Estado. Eu fico impressionado! Mas isso você vai para o Interior e sabemos que essa burla é permanente, por muitas pessoas, pessoas de vários níveis sociais que realmente é de fazer pena porque nós temos ainda esse tipo de gente, culturalmente o país precisa realmente vencer essa situação de querer tirar partido de tudo. A lei do Gerson: vamos tirar partido. Vem aqui uma miséria, vamos tirar partido dela. Mas é generalizado! Eu fico envergonhado, mas isso aqui há muito tempo eu sei disso, eu percebo isso no Interior. E as pessoas que manipulam, têm até pessoas capatazes para fazer esse tipo de trabalho.

 Então da nossa parte eu acho que nós deveríamos lhe dar todo apoio, para dar condições realmente e acabar de vez com essa cultura, é uma cultura generalizada, infelizmente, as pessoas querendo tirar partido de tudo, se for para burlar, vamos burlar juntos. E nós sabemos que o país não se constrói com isso, se constrói com educação, com cultura, de buscar fazer o bem, mas não você fazer com que a pessoa possa ter essa atitude.

 Eu lhe parabenizo, acho que merece todo o apoio, aquilo que o deputado Fernando Hugo falou, e realmente tentar cada vez mais elucidar esse tipo de gente que pratica isso e faz disso um negócio, o seu negócio. Muito obrigado.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Eu agradeço deputado, as suas palavras generosas com a nossa pessoa, com a nossa equipe, é uma equipa pequena, mas muito lutadora, muito criteriosa, eu faço questão de treinar, todos eles são treinados por mim, desde o atendimento a checagem de documento, todos os permanentes. Eu estou ali com o Inspetor Mailton, é um dos policiais que faz o atendimento, o primeiro atendimento, eles são supervisionados diretamente por mim nessa questão de serem criteriosos, de buscarem realmente fazer um trabalho bem feito e, principalmente, atender bem as pessoas. Eu acho que a essência de qualquer instituição é atender bem as pessoas. E ali nós recebemos pessoas muito humildes, muito pobres, muito vulneráveis. Então, nós orientamos, procuramos mostrar como deve ser feito o encaminhamento, para que ela possa realmente, já vai receber tão pouco deputado, e ainda pagar mais 30% por uma intermediação, não tem por que! Então isso realmente nós vemos o nível das pessoas.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Salvo se a estrutura vier contaminada. Porque nós na CPI Deputado Fernando Hugo, passamos a pensar em outro caminho que a própria estrutura do seguro DPVAT contamina, quando o numerário é tão alto que possibilita a criatividade em vários aspectos. Nós chegamos a ver aqui, ter notícia de números astronômicos de contrato, muitas pessoas enriquecem. Onde esses falsários, estelionatários da ponta às vezes são os que menos se beneficiam. Tem gente aí que fica numa posição confortável, com o paletó bonito e não é tão bom moço quanto deveria.

É difícil nós aceitarmos, mas o Brasil está sendo passado a limpo. Essa cultura dos portugueses onde tudo está generalizado, mas às vezes é porque nasce de um tronco errado. O seguro, por exemplo, é obrigatório por lei, ele é obrigatório e gerido por empresas privadas, quando nós temos a saúde no Brasil com deficiências em todas as áreas, e se criando dificuldades difíceis de imaginar.

Eu tenho a impressão que se entregasse ao Dr. César não só Fortaleza, como o Ceará, o senhor daria conta e diminuiria essas fraudes, até porque com os recursos que nós temos hoje, um celular que filma, que fotografa, não teríamos dificuldades em ver se houve ou não acidente, se caiu de rede. É óbvio que sempre vai haver a necessidade da polícia de investigar, mas não com números dessa natureza. Porque a sua própria experiência já nos assusta, 20% a 25% quando o senhor mais exigente, mais rigoroso, pede um Check list já somem da sua delegacia, são os prováveis fraudadores ou tentativas de fraudar. Sacrificar aqueles que por 20, 30 reais se colocam nessa situação de laçadores, talvez não seja a posição mais justa, mas ainda não emitimos um juízo de valor. Mas é bom saber que tudo isso só ocorre porque sobra muito dinheiro, sobra dinheiro para ficar para o outro ano, sobra dinheiro para fazer muitos contratos, sobra dinheiro para contratar peritos que ganham muito, escritórios, e enfim. Então é uma estrutura milionária que deve ter passado ali.

Espantou-me uma operação que teve em Montes Claros, também uma cidade que apresentou uma quantidade muito grande, onde os advogados da Seguradora Líder eram, segundo a própria Polícia Federal que fez a operação, eram os que estavam captando escritórios de empresários para fazer contratos de seguros. Então é uma estrutura que nos assusta, porque é um bilhão fraudado por ano.

**SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB):** Eu acho que as minhas considerações o Dr. César podia responder tudo de uma vez, até porque em parte me contempla o pronunciamento do Deputado Roberto e do Deputado Professor Teodoro, quando fala justamente da dificuldade, professor, em nós mudarmos essa cultura.

 E aí no início da sua fala caro César, nós verificamos que inclusive essa cultura parte da própria autoridade policial, do Serviço Público está comprometido quando tem lá uma terceirizada que adultera, quando tem lá uma terceirizada que tem coragem de entrar no sistema da Secretaria de Segurança e alterar a natureza de um B.O, quando inclusive muitas vezes, aí me penitencio com os delegados que não tem condição, estrutura de averiguar isso passo a passo.

Vossa Excelência fez referência à remessa de vários B.O. para uma delegacia em que o delegado deixava passar inconscientemente a alteração, se eu entendi foi isso, porque não teria estrutura de atuar nisso. Nós sabemos que nós ainda temos desafios enormes na Segurança do Estado do Ceará, e o desafio primeiro é a proteção a vida que nós ainda não conseguimos dar a resposta. Talvez a especialização de uma delegacia tenha facilitado com que Vossa Excelência possa ter dado alguma resposta, porque certamente se isso não tivesse ocorrido à preocupação inicial ou a preocupação especial não seria essa na delegacia. E isso faz, inclusive, com que em grosso modo nós poderíamos até dizer que os delegados, os servidores, alguns deles, os delegados tenham plena convicção disso, sejam forçados a ser negligentes. A estrutura, a situação, você obriga o delegado a não ter condição de dar resposta a isso.

Então parabenizo Vossa Excelência pelo trabalho, em ter conseguido numa capital como essa, nós sabemos, e o dado espanta que 97% vêm de acidentes de moto justamente porque o Ceará está inserido no Nordeste que já tem a maior frota de motocicletas por cidade proporcionalmente, e o Ceará essa média é dobrada. O Ceará nós temos a estatística do próprio Detran (Departamento Estadual de Trânsito), na própria Seguradora Líder mostra que o Ceará tem um volume abissal de motocicletas, o que certamente causa esse elevado número de acidentes de trânsito porque nós convivemos diariamente.

Os acidentes, dificilmente passamos um dia sem ver ou passar no carro ou tomar conhecimento de um acidente de trânsito. Imagine uma Fortaleza toda, a quantidade de casos que Vossa Excelência deve estar recebendo, do Pirambu ao Zé Walter, da Aldeota ao Conjunto Ceará. E tenho certeza também que isso lhe impõe uma dificuldade enorme, porque não é fácil talvez investigar um acidente de moto ou de carro que ocorreu na frente da Assembleia, e ao mesmo tempo está tendo que investigar um lá em Antônio Bezerra. Só a demora que a sua equipe terá para investigar, para enfim, se ambientar com o acidente, certamente não lhe permitirá isso. Talvez por isso que o Check list que Vossa Excelência se referiu que fez e faz tenha dado resultado.

E aí Deputado Roberto Mesquita, nós temos um diferencial, o Dr. César sabe disso na Capital, porque os acidentes da Capital diante da existência de IML (Instituto Médico Legal), essas lesões todas passam por uma avaliação do IML, então pelo menos a título de pagamento do seguro, dificilmente o que é pago difere da lesão, pode a lesão não ter sido daquele acidente. O que não ocorre no Interior porque lá não tem IML em todo canto.

Agora, é um desafio também no Estado do Ceará fazer com que os tentáculos do IML cheguem a todo o Interior, é por isso que talvez o Dr. Marcos quando aqui esteve relatou casos, enfim, fraudes, dificuldades que tiveram já em relação às perícias médicas no Interior. Porque pelo menos no âmbito do IML eu conheço os médicos legistas, e sem medo aqui, cegamente, posso afirmar que no Estado do Ceará 100% de 100% dos médicos legistas do Estado do Ceará age com a maior probidade possível, isso não só na área de acidente de trânsito.

Mas, enfim, o trabalho do IML do Ceará, dos profissionais, é um trabalho espetacular, é um trabalho probo, é um trabalho decente, e que certamente contribui evitando a outra ponta da fraude, a fraude do pagamento. Existe uma fraude inicial que Vossa Excelência fez referência, que é o nascedouro de tudo que é o B.O., que vem junto com os prontuários médicos, mas que essa fraude vai desaguar lá no pagamento, sem o pagamento, obviamente, não é que perca o objeto, mas a vantagem que se tentava obter deixa de existir, apesar de o crime permanecer, o crime de maneira fatiada permanecer.

E aí outra consideração que fazia e já faço apenas a título da argumentação do Deputado Roberto, é que certamente Deputado Roberto o Delegado César não tem condição de investigar a outra ponta. A ponta é de possível fraude ou estímulo de fraude da Seguradora Líder. Eu acho que para isso seria um trabalho apesar de deter competência porque o acidente envolve tudo, mas eu creio que seria uma missão, quase que uma missão impossível para a sua delegacia ter condição.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Mas pega o fio do novelo.

**SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB):** Eu digo do outro lado, que bom seria que nós pudéssemos aqui estar indagando o Delegado César sobre essa outra ponta, isso seria espetacular, sobre as reguladoras, sobre como é a divisão disso, o estímulo, o pagamento como é feito, a marcação de perícia como é que faz, se existe fura fila nisso, se não existe, se existe perícia que é só no papel e não existe igual tem no B.O. Vossa Excelência fez referência a B.O. sem presença na delegacia.

E aí a curiosidade que fica é se foi instaurado algum procedimento para apurar isso, por exemplo, B.O. realizado sem a presença na delegacia e em que isso deu! Principalmente o Delegado Marcos já fez referência, que infelizmente por falta de estrutura da Secretaria a maioria desses eventos se dá com terceirizados. Acho que o Delegado Marcos fez essa ressalva quando aqui esteve.

Então ficam essas considerações, mas parabenizando o trabalho de Vossa Excelência por estar conseguindo na medida do que é possível, eu sei disso, dar a resposta e organizar. E acho que o nosso papel aqui é esse.

O Deputado Professor Teodoro fala de uma cultura portuguesa, mas eu sou muito otimista Professor Teodoro ,e acredito que nós podemos dar uma contribuição, nós podemos tentar aperfeiçoar, nós podemos tentar de alguma maneira fazer com que a nossa contribuição fique. E é por isso que quando aqui esteve o Marcelo, da Líder, nós sugerimos e foi acatado por ele e creio que isso deverá ser uma das grandes missões dessa CPI, como o nascedouro de muito desses problemas está inclusive nessa relação que se faz do B.O, do hospital e etc., que nós pudéssemos distribuir junto ao Poder Público, fazermos verdadeiros correspondentes da Líder, para que o correspondente da Líder fosse o responsável por encaminhar essa documentação, Dr. César.

Por exemplo, na Assembleia Legislativa tivesse a título de um correspondente bancário, seria um correspondente de seguro da própria Líder ou alguém autorizado por ela para fazer essa intermediação, mas de maneira fácil. Porque se nós pudéssemos verificar isso, timidamente é tentado fazer através dos Correios, é tanto que chegou ao ponto de um representante da Líder desconhecer que era feito pelos Correios e depois voltou atrás, não, é! Porque o volume certamente não se dá em função da dificuldade que tem mesmo. Porque para conseguir essa documentação não é coisa fácil, pegar fila não é coisa fácil, fazer requerimento não é coisa fácil. Isso também não é para dar entrada nesse seguro, apesar de ser um seguro social, um seguro fácil, não é um formulário que você preenche e entrega e as coisas acontecem, tanto que deixa rastros, um B.O, a necessidade de refazer o B.O, alterar a delegacia, uma certidão narrativa.

Nós tivemos conhecimento aqui e essa Comissão aprovou na semana anterior a convocação de uma servidora do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), que consta num relatório de auditoria do Estado que essa servidora estaria já na certidão narrativa do acidente, lá no equipamento médico, estaria cometendo possível irregularidade já em conluio com a Seguradora, pelo que foi noticiado no relatório. E nós vamos ouvir essa servidora, nós pedimos a cópia desse relatório para que pudéssemos justamente compreender e ter uma compreensão maior de tudo isso.

Mas no mais, fica realmente aqui a minha admiração e meus parabéns pelo trabalho que Vossa Excelência relata que tem feito. E nós através de números e dados e informalmente, extra oficialmente temos conhecimento do trabalho que Vossa Excelência vem fazendo. Que inclusive isso possa talvez servir de moldura para o Interior do Estado, a partir dessa contribuição de Vossa Excelência. Talvez possamos aqui através até dessa Comissão, moldar isso como um sugestivo para que se melhore a realidade do Interior do Estado também. Essa questão não de dificultar o acesso ao seguro, porque a própria lei do seguro diz lá bem fácil, Vossa Excelência sabe disso, é um seguro mediante a simples comprovação. Quer dizer, a própria Seguradora não pode fazer exigências que estejam longe do alcance do acidentado, justamente porque é um seguro social, é um seguro que tem natureza social.

E no meu entender deve sim, ser procurado pelas pessoas, agora de maneira correta, de maneira legal, legítima, correta, e deve ser procurado. A própria Seguradora estimula a procura e nós também devemos estimular, porque senão fica aqui Deputado Roberto, como nós ouvimos do representante da Líder, 4 bilhões num fundo sem a Líder gastar, sem pagar indenização. Segurando 4 bilhões de reais, nós não estamos falando aqui em 400 mil reais. Segundo dados, 4 bilhões de reais esperando pagar virando o ano, quer dizer, tem três anos para pagar e esses 4 bilhões ficam ouvindo a conversa, mas ouvindo a conversa administrado por alguém.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Isso afora o gasto do ano.

**SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB):** Isso aqui é o saldo do fundo, conforme informado são 4 bilhões de reais. Aqui fica a disposição para que se gaste isso. Aí como se gasta! Inclusive outros requerimentos dessa própria CPI estão aguardando resposta, e foi inclusive, nós ficamos de ter a resposta hoje da parte técnica da CPI, queria até saber aquele Check list que o Deputado Zéailton solicitou que fosse feito, depois pudesse ser disponibilizado para nós, nós pedimos até que fosse lavrada uma certidão, Senhor Presidente, para que nós verificássemos de fato o que a Líder respondeu, e o que ela informou daquelas indagações que foram feitas.

 No mais, mas uma vez ressaltar o trabalho de Vossa Excelência, e deixando obviamente a disposição.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Com relação ao que o Deputado Roberto Mesquita tocou inicialmente, dessa estrutura, porque nós sabemos que primeiro envolve muito dinheiro, segundo vem uma cadeia de distribuição desse dinheiro até chegar à mão do captador, até chegar à mão da reguladora. A reguladora passa para o captador algum percentual? Incentiva a captação? Eu realmente não sei, não conheço como é essa estrutura. Mas se incentiva o captador aí nós estamos dentro de um sistema que quem está na ponta vai querer acidente, porque ele não está ganhando só pelo percentual de 20% que ele cobra se isso ocorrer. Ele ganha 20% do acidente e ganha mais o percentual que ele recebe da reguladora, não sei se ocorre isso. Foi só dentro de uma reflexão do que o deputado...

**SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB):** Só para contribuir. O indício disso é porque justamente pelo que nos mostrou a Líder aqui, dos 100%, 50% são feitos repasses para o Detran, SUS (Sistema Único de Saúde), Denatran e etc., e os outros 50%, 2% é taxa de administração, taxa de lucro distribuído pela Seguradora, e os outros 48% são para despesas administrativas e pagamento de seguros. Então, quer dizer, se ela não gastar o dinheiro, está entendendo Dr. César, se ela não gastar o dinheiro, o dinheiro fica parado. E se ao final das contas o dinheiro ficar parado por tantos anos esse dinheiro reverte em bônus do Tesouro, salvo engano tem esse critério ainda.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Compra de letras do Tesouro.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** A estrutura é essa, de incentivo até quem está pegando lá na calçada, aí é...

 Então, só finalizar aqui minha parte e ficar a disposição de mais alguma pergunta. O Deputado Audic Mota colocou a questão de lesões corporais. Hoje deputado, nem todos os processos mais as vítimas se dirigem ao IML, se dirigem basicamente quando dá entrada sozinha nos Correios, que o Correio exige o exame de corpo de delito, basicamente pelos Correios. Quando tem algum intermediário, eu até estranhei isso quando eu cheguei à delegacia de acidentes, que as vítimas não pediam mais exame de corpo de delito. Eu disse: rapaz, vocês estão dando B.O. e não estão expedindo mais guia não? Doutor, ninguém aqui pede e nem volta para pedir não. Aí depois que nós divulgamos essa questão dos Correios é que agora as pessoas estão mais ligadas e estão pedindo guias. Mas antes eu fiz centenas de B.O. sem expedir uma guia, e dá entrada.

Pelo que eu tomei conhecimento tem perícias particulares, que eles encaminham para perícia particular quando eles têm dúvida de alguma fraude, de alguma coisa. Mas hoje obrigatoriamente não passa mais pelo IML não.

 Outra coisa que eu também queria colocar é assim com relação ao que nós precisamos, por exemplo, eu pedi agora várias cópias de processos pagos, de processos que estão em andamento, e relativo a isso eu não tive nenhuma dificuldade, nós temos contato direto com o pessoal da Líder e de escritório se eu precisar, de qualquer coisa, eu faço só uma ligação e estou recebendo isso sem nenhuma dificuldade, sem nenhum problema, estou recebendo rapidamente, em dois ou três dias eu já estou com toda essa papelada na mão, isso tem me ajudado muito a agilizar.

E também assim como sugestão, eu acho que dentro dessa revitalização da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito, até porque nós temos outra frente também muito importante, não só a questão de combater as fraudes, mas a questão de hoje Fortaleza ser a segunda capital do Brasil com o maior índice de homicídios culposos, nós só perdemos hoje para Belo Horizonte em nível de cidades acima de 200 mil habitantes, nós só perdemos hoje para Belo Horizonte. Então realmente é um órgão muito necessário no nosso dia a dia, até para se acabar com essa impunidade.

**SR. DEPUTADO FERNANDO HUGO (SD):** Dr. César, é que mais uma vez Presidente Roberto, tonifica-se aquela nossa idéia de se efetuar já agora sem a espera do relatório final, essa súplica, quase que uma rogativa ao Delegado Geral, no sentido de tonificar, fortificar e melhor condicionar a Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito. Esse utópico alevantado agora pelo Dr. César, incorpora-se não somente a parte da criminologia ligada ao DPVAT, mas principalmente que a CPI saia daqui com propostas objetivas, parceiras da governabilidade ideal, sonhada e adequada para o bom atendimento da população.

 Então seria oportuno meu amigo Roberto, que você já providenciasse urgencialmente, esse tipo de solicitação ao nobre Dr. Andrade Júnior, para que junto com o Dr. Delci pudesse facilitar melhoria, condicionamento físico, pessoal, que você com dois fiscais, quando um está pastorando um acidente de moto já ocorreram 10 nessa cidade que tem hoje em dia um quantitativo de acidentes enorme. Eu acho que era uma boa se nós saíssemos dessa audiência, afora o prazer de ouvir a objetividade do Dr. César, e as falas do Dr. Audic e do Dr. Reitor Teodoro, fazermos esse ofício, é um documento sugestivo, oportuno e de alta cidadania para esse povo que é acidentado, que sofre.

As coisas são tão difíceis, que todos aqui sabem que há um mês e dias eu perdi minha sogra num acidente de trânsito, e até hoje com toda amizade que tenho lá dentro da delegacia não consegui o laudo final daquele infortúnio que barbarizou uma morte precoce, não pela idade dela, mas pela jovialidade da minha sogra, mãe da Dra. Valéria. Para você ver como é difícil, porque você quase não tem estrutura física e muito menos recurso pessoal.

E a CPI com um Presidente desse aí, vermelho, parece assim um alemão, com raiva, hábil, rápido e inteligente, pode fazer esse ofício, e eu acho que é unanimidade, além de tudo far-se-á esse encaminhamento direto para o Dr. Andrade.

 Eu finalizo com isso a minha participação, agradecendo a decência de vossa vinda, e o luxo das informações precisas que nos deu.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Obrigado deputado.

 Presidente, acrescentar também que um dos grandes sonhos que eu tenho na frente dessa delegacia, é com essa fortificação criar um Núcleo de Inteligência que eu possa acionar quando eu tiver dúvida de alguma coisa com relação a essas formalizações de boletins de ocorrências. Então, essa fortificação com certeza traria esse Núcleo de Inteligência para dentro da delegacia. E não quero muita coisa não, três, quatro policiais, eu fazia um núcleo vibrante, atuante, que com certeza traria bem mais resultados.

 Quero agradecer o convite, eu sempre trato as coisas assim com muita objetividade, sei do cansaço de Vossas Excelências, estamos já no final da noite, de Sessões corridas e de muito trabalho.

Parabenizar a iniciativa dessa CPI, nós sabemos que isso é um problema histórico, mas nós observamos aqui realmente esse foco de produzir coisas concretas, de produzir coisas objetivas, nós podemos avançar muito em parceria com esse sistema que cuida desse seguro tão importante, como já colocou aqui o Deputado Audic Mota, que realmente é um Seguro Social que as pessoas merecem receber isso num momento de dor, ajuda demais essas pessoas, então é preciso realmente que todos nós possamos nos unir e combater isso com vontade, com coragem. É preciso um sistema realmente que funcione no combate a isso. E eu não tenho dúvida nenhuma, senhores deputados, que é possível vencer isso e minimizar muito, muito e muito essa situação. Quando os poderes se unem e têm homens determinados à frente, e com vontade de fazer a coisa acontecer, acontece, isso eu aprendi na minha vida.

 Então os senhores estão de parabéns, eu só tenho a agradecer humildemente poder estar aqui sentado ao lado dos senhores representantes do povo cearense, e de coração muito feliz por ter recebido tantas palavras generosas de Vossas Excelências. Muito obrigado.

**SR.PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Pergunto ao Deputado Leonardo se quer fazer alguma intervenção. Deputado Audic. Deputado Fernando já encerrou. Deputado Professor Teodoro.

 Então nos resta só agradecer a sua presença, Delegado Dr. César, sabedores que somos do grande trabalho que o senhor tem prestado ao povo do Estado do Ceará. E quero lhe pedir que se outras informações tiver, se for da sua vontade, contribua mais, foi para nós muito importante a sua vinda, o Deputado Fernando Hugo já escolheu as palavras corretas, foi um luxo nós sabermos desses fatos novos que ocorrem, dessa criatividade, para nós foi um momento rico, porque eu tenho certeza que essa CPI dará a sua contribuição para que nós possamos um dia botar um cadeado nessas fraudes.

E homens como o senhor já fazem esse trabalho e precisam inspirar outros que possam também fazer seu trabalho através de lei justas, onde os recursos dos brasileiros sejam mais bem empregados e que não haja desvios. Portanto, para nós foi um momento muito rico ter aqui a sua presença, e sinta-se convidado eterno dessa CPI para aqui contribuir, é um prazer muito grande.

 Quero aqui informar que foi justificada a ausência do Deputado Walter Cavalcante e do Deputado Dr. Sarto Presidente dessa CPI, o Deputado Walter Cavalcante por questão de doença de um familiar, e o Deputado Dr. Sarto por estar com febre, mas já na próxima reunião assume o comando.

 Quero solicitar que nós atendêssemos aqui a sugestão do Deputado Fernando Hugo, e já de pronto que isso não independe de relatório, já fizéssemos a solicitação ao Delegado Geral, para que na medida do possível, e ao Dr. Delci, para tonificar a Secretaria cujo titular é o Delegado Dr. César Wagner, que esperamos o senhor realize seu sonho de criar o Núcleo de inteligência.

 E nada mais havendo a tratar, pedir também que seja lavrada a certidão informando que a Seguradora Líder já forneceu as informações. Nós estamos no aguardo das informações desde a oitiva do Dr. Marcelo, e me parece que há um atraso nas informações... (interferência fora do microfone). Que nós possamos lavrar aqui uma certidão e ratificar o pedido, até porque nós devemos ouvir outros funcionários da Seguradora Líder nas próximas reuniões.

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Rapidamente, eu recebi o quantitativo mês a mês desse ano em comparação com o ano passado, com relação de pedidos para receberem o Seguro DPVAT, e nesses últimos quatro meses agora de agosto ou foi julho para cá, houve uma queda acentuadíssima nesse número de pedidos em comparação ao mesmo período do ano passado.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV):** Dr. César, e a quantidade de acidentes nesse período no Estado do Ceará, acompanhou a queda do pedido de seguro ou é um fato estranho?

**SR. CÉSAR WAGNER MAIA MARTINS (Delegado da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito):** Esse ano desde janeiro que vem tendo uma redução em nível de acidente chegou a 10%, a 11%, mas nós tivemos meses de redução, salvo engano, de 60% a 70% de pedidos em comparativo ao ano passado. É só uma lembrança que eu tive agora e gostaria de acrescentar.

**SR. PRESIDENTE DEPU1TADO ROBERTO MESQUITA (PV):** É o medo do Deputado Fernando Hugo.

 Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião Ordinária. **OK.**